

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE CRIMES CIBERNÉTICOS E SEUS EFEITOS DELETÉRIOS PERANTE A ECONOMIA E A SOCIEDADE NESTE PAÍS, TENDO EM VISTA (i) QUE A POLÍCIA FEDERAL REALIZOU EM 2014 A OPERAÇÃO BATIZADA DE IB2K PARA DESARTICULAR UMA QUADRILHA SUSPEITA DE DESVIAR PELA INTERNET MAIS DE R\$ 2 MILHÕES DE CORRENTISTAS DE VÁRIOS BANCOS, QUADRILHA ESTA QUE USAVA PARTE DO DINHEIRO DESVIADO PARA COMPRAR ARMAS E DROGAS; (ii) O ÚLTIMO RELATÓRIO DA CENTRAL NACIONAL DE DENÚNCIAS DE CRIMES CIBERNÉTICOS QUE APONTA UM CRESCIMENTO, ENTRE 2013 E 2014, DE 192,93% NAS DENÚNCIAS ENVOLVENDO PÁGINAS NA INTERNET SUSPEITAS DE TRÁFICO DE PESSOAS, E (iii) OS GASTOS DE US\$ 15,3 BILHÕES COM CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL EM 2010 - CPICIBER

**REQUERIMENTO N.º , DE 2015
(Do Senhor Bruno Covas)**

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVITE ao Senhor ALESSANDRO THIERS, para prestar informações a esta comissão.

Senhora Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei nº 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVITE ao Senhor ALESSANDRO THIERS, para prestar informações a esta comissão.

JUSTIFICAÇÃO

Informações e matérias veiculadas pela imprensa apontam para uma assustadora escalada de crimes cibernéticos praticados no Brasil, nos últimos anos.

As vítimas diretas dessas condutas são as mais diversas, mas suas nefastas repercussões alcançam, indubitavelmente, toda a sociedade.

O doutor Alessandro Thiers é o delegado-titular da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, que é especializada na investigação de delitos praticados por intermédio da internet.

Dentre as principais experiências desenvolvidas pelo Delegado está a organização de workshops para que todos os policiais conheçam e compartilhem os procedimentos adotados pela unidade. Além disso, contactou delegacias especializadas das Polícias Cíveis de outros estados e da Polícia Federal em busca de manuais práticos de atuação.

A partir destas ações, foi idealizado o workshop que reuniu delegados do Estado do Rio de Janeiro para discutir os principais métodos de investigação no ambiente virtual. Os 750 oficiais de cartórios, à época, que fizeram o curso de formação, também passaram pela capacitação e ingressaram na Polícia Civil aptos a conduzir investigações na internet. “- Hoje, todo mundo tem um smartphone com acesso à internet e praticamente qualquer crime pode ser executado no ambiente virtual. Por isso, queremos que todos os policiais cíveis conheçam os procedimentos de apuração. Investigamos principalmente crimes contra a honra, fraudes e casos de pedofilia, mas o ideal é que a ocorrência seja registrada na delegacia mais próxima da vítima, pois todas têm plena capacidade de investigação. Caso haja necessidade, também daremos nosso suporte - disse o delegado.”

Outra medida adotada pela DRCI foi a elaboração de uma cartilha e de palestras para alertar a população sobre o uso consciente da internet. Periodicamente, um policial visita escolas públicas e privadas para conversar com crianças e adolescentes e mostrar os riscos na web.

Afigura-se de grande proveito que o ora convidado venha expor suas iniciativas e experiências aos membros desta CPI.

Pelas razões acima expostas, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de novembro de 2015.

Deputado BRUNO COVAS